

# Protagonismo feminino na sociedade brasileira: o ativismo comunitário das mulheres judias após a II Guerra Mundial (1945-1950)

Women's protagonism in Brazilian society: community activism of Jewish women  
after World War II (1945-1950)

## HELEN ROCHA ROTTA

Graduada em História pela Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) e mestranda em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**RESUMO** Este artigo tem por objetivo analisar, por meio da revista *Corrente* – periódico de circulação na comunidade judaica –, o protagonismo da mulher judia no Brasil, a partir da cidade de Porto Alegre, no período pós Segunda Guerra Mundial. A discussão do periódico é de suma importância para refletir a presença da mulher judia na sociedade brasileira, bem como sua atuação nos espaços públicos. Aparentemente, as experiências vivenciadas pelas mulheres judias no mundo do trabalho e em ações de filantropia, educação e caridade possibilitaram uma abertura para a presença da mulher no espaço público, tido essencialmente como lugar de circulação do homem.

**PALAVRAS-CHAVE** Mulheres; judias; diáspora; comunidade judaica; periódico judaico.

**ABSTRACT** This article aims to assess, through the *Corrente* magazine – a Jewish community periodic – the role of Jewish women in the Brazilian city of Porto Alegre, specifically at the post-World War II period. The magazine's discussion has shown to be of the utmost importance for the analysis of Jewish women's presence in Brazilian society and its role in public spaces. Apparently, the experiences of Jewish women through philanthropy, education and charity allowed an opening to women's presence in the public space, on a time where this space was restricted to men.

**KEYWORDS** Women; Jewess; diaspora; Jewish community; Jewish periodic.

## Discutindo a invisibilidade

A CONSTRUÇÃO E O ESTABELECIMENTO DA COMUNIDADE JUDAICA NO BRASIL FORAM marcados por experiências contadas em narrativas que vão do campo à cidade, das classes subalternas às elites e por abordagens do campo religioso e político. No entanto, o estudo das relações de gênero e a participação das mulheres nos processos diaspóricos são objetos ainda pouco trabalhados pela historiografia. O presente artigo pretende inferir sobre a participação das mulheres judias na estrutura social e suas trajetórias já estabelecidas no Brasil, uma vez que, na condição da diáspora,<sup>1</sup> trouxeram consigo experiências multifacetadas e, muitas vezes, divergentes das estruturadas das sociedades com as quais se depararam.

De uma vasta produção de pesquisas, em sua maioria referentes ao período da Primeira República, examinam-se as condições precárias de trabalho da mulher imigrante. A denúncia e a pesquisa histórica sobre estas condições são de grande relevância, pois representam o primeiro passo para historicizar a mulher na sociedade moderna. Trata-se de uma discussão fundamental, tendo em vista que o trabalho foi um importante espaço de conquista da mulher e o lugar pelo qual reivindicou por melhores

condições de vida e por direitos foram pautados. Discute-se pouco sobre o modo como as mulheres estrangeiras contribuíram para a construção da história da mulher no Brasil, bem como sobre sua atuação nos diferentes espaços, buscando explorar os elementos de identidade que se constituíram. A história oral tem contribuído significativamente para dar voz às mulheres vindas de outros países para o Brasil, em suas várias condições e origens. A fonte oral revela, em entrevistas com mulheres, detalhes de seu cotidiano, muitas vezes não considerados devido à falta de espaço para sua expressão em meios impressos, públicos ou pela própria condição dificultosa da imigração, relativas ao trabalho, condição familiar ou social. (KOSMINSKI, 2004)

Ainda que a fonte oral seja extremamente profícua e usual no processo de pesquisa da participação das mulheres imigrantes, existem outras fontes a serem exploradas, como o caso de periódicos. O uso de veículos de comunicação como fontes de análise histórica tem sido um campo muito explorado dentro da perspectiva cultural do político. (ROSANVALLON, 2010) Isso ocorre porque, mais do que seu propósito de comunicar – ligado a uma ideologia, uma instituição, um governo –, periódicos, jornais e revistas denunciam diversos detalhes entre suas publicações: sua autoria, sua edição, suas publicações, suas charges, seus colunistas, seus compradores, seus colaboradores, seus investidores. Por sua característica de objeto multifacetado, os meios de comunicação apresentam-se com elementos de grupos sociais, distintos ou não, que agregam em torno de suas publicações uma visão de mundo (MANNHEIM, 1974) a ser difundida.

Para além dos detalhes observados no cotidiano das comunidades, é necessário perceber de que maneira acontecimentos internacionais, referentes ao fim da II Guerra Mundial, aos traumas revelados da *Shoá* e à criação do Estado e Israel, refleti-

ram na comunidade judaica de mulheres. É possível perceber a criação de uma identidade cosmopolita judaica, sobretudo, após os eventos supracitados, que possibilitou a circulação de memórias e construções identitárias no universo das mulheres, evidenciando o entrecruzamento de uma nova realidade nacional/internacional.

O estudo da revista *Corrente*,<sup>2</sup> produzida pela organização WIZO<sup>3</sup> no Brasil, vem ao encontro desta perspectiva: oferecer novas possibilidades e metodologias para a pesquisa do protagonismo das mulheres judias no Brasil, objetivando a ampliação das fontes documentais, bem como revelando a importância delas na análise da história cultural do político. Estas ferramentas podem oportunizar a percepção de um espaço outrora invisível na história das mulheres. Estes elementos parecem ter desafiado algumas concepções pré-estabelecidas para a época, como a ocupação de espaços públicos, organização de eventos culturais para mulheres e, especialmente, a publicação de um periódico como a revista *Corrente*, que será explorada ao longo deste texto.

#### Diáspora feminina: identidades, assimilações e gênero

O processo de assimilação dos judeus no Brasil foi, segundo Bernardo Sorj (2008), facilitado devido ao fato de que a cultura brasileira não discriminava este imigrante: ela o assimilava. Isso ocorria porque o Brasil possuía um caráter de inovação na sua busca pela modernidade e os judeus contribuíam para o projeto de nação que se pretendia – negar o seu passado colonial e monárquico e olhar para o futuro, para a construção do novo.<sup>4</sup> Os judeus que vieram ao Brasil, especialmente nas ondas migratórias do início do século XX, encontraram solo fértil para sua economia, baseada no

comércio, uma vez que o país vislumbrava a urbanização e a industrialização, experiências estas já vivenciadas pela comunidade judaica na maioria dos países da Europa ocidental e oriental. O que estes sujeitos traziam de seus países de origem era visto, pelo estado brasileiro, como elemento produtivo e de grande potencialidade econômica para o país. Conforme afirma Bernardo Sorj (2008),

No Brasil, pelo contrário, as hierarquias se sustentam na expectativa da mobilidade social e de um futuro diferente. O próprio padrão de sociabilidade brasileira, gregário, lúdico, pouco individualizado, assim como o seu sincretismo religioso, são expressões da forte absorção [...] Desta forma, o estrangeiro no Brasil, em vez de simbolizar o perigo representa o progresso, as novas ideias e as práticas que poderão ajudar a sociedade a realizar seu destino de país do futuro. (SORJ, 2008, p. 8)

A identidade construída do judeu moderno (GRIN, 2008) foi, para a comunidade judaica brasileira, um confronto de ideias e visões de mundo. Por um lado, como argumenta Sorj (2008), os judeus encontravam-se imbuídos de elementos de tradição, compreendidos no escopo religioso judaico, nas vivências das comunidades europeias, sob narrativas de outras regiões de diáspora. Por outro lado, como argumenta Grin (2008), estes confrontos identitários, marcados pelas dualidades tradição/modernidade, etnicidade/cidadania, público/privado ocorriam para os judeus mesmo nas regiões de origem europeia, sendo um elemento constitutivo das comunidades judaicas e que no Brasil será novamente reformulado, buscando adaptar-se a uma nova realidade de identidade nacional.

Grin (2008) ressalta que as novas identidades reformuladas no Brasil não foram harmônicas e a diversidade de concepções presentes na comuni-

dade era marcante nas esferas religiosas, culturais, políticas e sociais. Para Conforti (2011), no que ele chamou de sionismo clássico – período que corresponde ao início do projeto sionista, nos anos finais do século XIX, até 1948, data da criação do Estado de Israel –, a comunidade judaica buscava a construção identitária de um judeu único, na tentativa de inibir as diferenças marcadas pela diáspora. Estas assimetrias acabaram por aparecer na construção do “novo judeu”, presentes também no Brasil, no entanto, ainda que existissem divergências, elas não desestabilizaram a sua organização comunitária brasileira. Grin (2008) afirma que o pluralismo não gerou conflitos, mas serviu para fortalecer e diferenciar a comunidade judaica no Brasil das outras comunidades na condição da diáspora. Este fato deve-se justamente a uma perspectiva de “união na adversidade”, pois a mobilização passou a ser importante internamente para atravessar os momentos de maior vulnerabilidade que se aproximaram, como no caso do Estado Novo.

Ao abordar a mulher na sociedade brasileira, é preciso ressaltar a influência da lógica conservadora construída sob a sua figura e que é um fator determinante para se pensar a formação da identidade de mulheres, em qualquer comunidade que se pretenda tratar. Observar o processo de integração judaica das mulheres no Brasil, portanto, requer um aprofundamento da temática e, entendendo que a questão da diáspora é discutida, majoritariamente, sob a ótica do protagonismo dos homens, uma reflexão de gênero faz-se urgente. Utilizando-se de uma perspectiva scottiana (SCOTT, 1995),<sup>5</sup> é necessário, nesse sentido, pensar a presença das comunidades judaicas no Brasil de forma relacional, não privilegiando a atuação do homem, mas entendendo que as relações de gênero serão alteradas e se alterarão na nova região estabelecida, evidenciando a importância da análise

dos espaços ocupados por homens e mulheres no processo de construção da comunidade judaica brasileira. A partir de então, é possível desvendar a participação e presença da mulher judia na estrutura social brasileira, bem como analisar os seus espaços de atuação.

Mulheres e homens judeus que chegaram ao Brasil estabeleceram com o país novas relações, não apenas na sua concepção sociológica, que pretendia a assimilação enquanto comunidade aceita, mas também negociando suas bases identitárias com a identidade local e tornando-se parte dela. Homens judeus e mulheres judias passam a reordenar as suas relações de gênero a partir das suas experiências anteriores, entrecruzando-as com as concepções de gênero que encontraram vigentes no Brasil. Além do diálogo entre estas duas percepções sociais, é preciso considerar a interferência constante de uma influência dos acontecimentos que orientam a comunidade judaica mundial do período: o fim da II Guerra Mundial, os traumas revelados pela *Shoá* e a criação do Estado de Israel.

Para Scott (1995), a identidade de gênero é uma construção social-cultural baseada nas distintas percepções acerca dos sexos, que acabam por gerar um conjunto simbólico (BOURDIEU, 2015). Nesse sentido, dispositivos de dominação masculina – esse corpus social brasileiro, composto por um arcabouço simbólico específico – acabaram gerando novas dinâmicas na diáspora judaica no Brasil. Ela foi individual, relacionada a um diálogo entre as experiências já adquiridas em outros países e no novo país entre os próprios membros da comunidade e, sobretudo, entre homens e mulheres que compartilhavam de uma mesma comunidade, mas que estão – seja no Brasil ou em qualquer local do globo – mergulhados em profundo debate de gênero.

Se for verdade que as relações de gênero se modificaram tanto no âmbito sociológico quanto no individual em decorrência da diáspora, é necessário pensar de que forma a mulher judia percebeu a sua assimilação na sociedade brasileira, pelo olhar da própria mulher. Assim, considerando o que Scott propõe como sendo não uma análise “neutra” ou apenas relacional, mas uma crítica sobre os movimentos das mulheres entendidas como protagonistas de determinados contextos – encarando o gênero como uma categoria de análise –, o gênero dá significado às distinções entre os sexos, ele transforma seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, seres sociais (SCOTT, 1995), ou seja, nesse sentido fica clara a impossibilidade não compreender a presença da mulher, em qualquer sociedade, sob uma perspectiva conjuntural e histórica.

Não menos importante é, cabe lembrar, considerar dois pontos que se encontram em diálogo neste terreno. Um ponto são as experiências que essas mulheres trouxeram das regiões de origem, transformando o processo de assimilação em uma construção identitária da mulher judia especificamente brasileira – mesmo que a construção da identidade judaica estivesse, em muitas esferas, alinhada a uma concepção universal e internacionalmente construída. O outro se trata de considerar a construção social da figura da mulher no Brasil, compreendendo em que medida e lugares ela se fazia presente ou invisível e os motivos pelos quais ela era ocultada. Esta dupla relação será questionada no espectro da concepção de diáspora, percebendo como a coletividade de mulheres judias encontrou seus mecanismos de participação social e como a integração com o Brasil possibilitou, a partir de uma identidade hifenizada (CYTRYNOWICZ, 2002), uma peça peculiar, porém de suma importância, na história da mulher brasileira e judia brasileira.

### Espaços ocultados e espaços ocupados: a figura feminina em discussão

A figura da mulher é invisibilizada na sociedade brasileira. Mesmo que sua presença seja detectada no espaço público, a sua atuação como sujeito ativo é despercebida. Pedro (2012) sinaliza já na apresentação do livro *Nova História das Mulheres no Brasil*, que as mulheres devem ser percebidas como agentes sociais, concretas, com aspirações que vieram ao Brasil em busca de melhores condições de existência, escrevendo e construindo histórias ocultadas. Por outro lado, é comum para o imaginário social conhecer e valorizar as trajetórias de grandes homens. Intelectuais, políticos, empresários, jornalistas. Pioneiros. A figura do masculino foi construída como um “ser racional, dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade” (RAGO, 2000, p. 604).

Não é novidade – para uma abordagem minimamente comprometida – que a figura da mulher foi ocultada nos mais diversos espaços sociais, sendo sua participação construída e conduzida ao privado. Michelle Perrot (1998) ressalta que é no espaço público, fruto de um conjunto de normas presentes nessa dualidade homem/mulher, que se tornam visíveis as ambivalências: “O espaço ao mesmo tempo regula e a exprime, a torna visível [...] mas sempre problemático.” (PERROT, 1998, p. 8) Essa visibilidade problemática colocada por Perrot (1998) foi afirmada em diversas abordagens acerca das questões da participação das mulheres na história, como aponta Del Piori (1992), que percorreram narrativas bíblicas que apontam para Eva como o ponto de desobediência e morada do pecado, sendo um ponto maligno a ser vigiado e sua atuação necessitada de profunda restrição. No entanto, para este trabalho, a profusão desses e de outros elementos que emergiram com a modernidade dos

fins do século XIX são suficientes para suscitar as reflexões que aqui interessam.

O discurso biológico das ciências naturais reforçou a construção de símbolos negativos. As ciências médicas afirmaram que as mulheres carregavam doenças crônicas, como histeria e loucura e que, em virtude desses males, são incapazes de formulações racionais e, principalmente, de governar e exercer papéis na esfera do político (MOUFFE, 2015). As ciências psicológicas endossaram estes argumentos. A construção simbólica do homem e da mulher acabou por definir os espaços, gerando uma dicotomia de dominação que ultrapassa os limites da identidade, tornando-se uma questão que compõem elementos políticos. O espaço público é o campo de atuação do homem, em que a sociedade funciona: assuntos jurídicos, esportivos, intelectuais. Para operar nesse espaço, é necessário racionalidade, paciência e frieza, não sendo essas, segundo as teorias supracitadas, virtudes naturais das mulheres. Cabe à mulher o espaço “privado e seu coração, a casa” (PERROT, 1998, p. 15).

De acordo com Rago (2000):

As elites intelectuais do começo do século XX procuraram definir o lugar das mulheres na sociedade, justamente no momento em que a crescente urbanização das cidades e a industrialização abriam para elas novas perspectivas de trabalho e de atuação. Formava-se a moderna esfera pública, espaço em que novas formas de interação social, bem como relações entre homens e mulheres passavam a se pautar por modelos europeus, especialmente o inglês e o francês. (RAGO, 2000, p. 585)

A industrialização do século XIX e início do século XX foi um dos primeiros passos para que o espaço público se tornasse um lugar de convivência entre homens e mulheres. O abandono da

vida rural, o crescimento urbano, das fábricas, dos centros culturais e comerciais fez com que as mulheres fossem enxergadas na paisagem urbana com muito mais frequência, sendo inevitável que a suas presenças fossem amplamente discutidas. O público era apontado pelos intelectuais como lugar de perigo, da perdição, de circulação de mulheres imorais. A circulação das moças poderia levar à perdição moral, visto que a apropriação da imagem do corpo da mulher a remetia a ações demoníacas, sexualizadas e pervertidas. Essa transição levaria a família à degradação, os filhos a uma educação deficitária e o marido ao abandono de sua esposa. Em resumo, a mulher possuía apenas um papel e esse seria afetado por qualquer mudança que a levasse a transitar em outros espaços além do lar. Mas a ocupação das lavadeiras e das operárias, no campo do trabalho, suscitou ainda algumas outras discussões.

Rago (1985) ressalta a relevância de se lembrar que, embora os espaços fossem bem definidos e baseados em uma relação de dominação exercida pelo homem em relação à mulher, é necessário refletir sobre a contribuição e, mais do que isso, sobre o impacto da participação da mulher na industrialização brasileira. O olhar sob essa participação deve ser lançado não apenas à denúncia da exclusão e das estruturas de opressão da mulher no espaço público, mas também pensando em como a atuação das mulheres que romperam esses limites, por motivos variados, foi determinante para desacomodar as engrenagens do patriarcado, ainda que este processo viesse a sofrer ampliações e retrações nos anos subsequentes (MATOS, 1995).<sup>6</sup>

É nesse sentido que é possível pensar que a participação da mulher no século XX, sobretudo em virtude da ocupação do campo do trabalho, foi fundamental para a conquista de espaços públicos diversos. A partir deste alargamento, foi definida uma

série de parâmetros, de moralidade, sociabilidade, de conduta do homem, do feminino e do masculino, bem como os dispositivos de dominação do homem em relação à mulher. Ainda que a participação das mulheres nas atividades públicas tenha ficado restrita a funções coadjuvantes – como assistentes, enfermeiras, nunca sendo centrais nos ofícios – devido às suas limitações e incapacidades “naturais”, é importante perceber como determinadas rupturas dessa narrativa de ocultações foi definidora de uma nova realidade para a mulher.

Com as políticas estadonovistas, que se encaminhavam desde o início da década de 1930, retomaram-se nos discursos sobre a mulher a rigidez de algumas concepções que haviam adquirido uma flexibilização considerável para a época, a “mãe cívica” (RAGO, 2000) adquiriu uma importância central na construção da pátria brasileira, sendo a responsável pela moralidade, educação e saúde do futuro do país: os jovens e as crianças. Mas, com o fim do regime do Estado Novo, a sociedade brasileira viveu um período de otimismo relacionado ao crescimento significativo na urbanização e na economia industrial, aliado à ampliação da democracia, que favorecia a participação política e a possibilidade de outro modo de vida.

Em suas análises sobre a identidade cultural, Hall (2006) destaca a importância de se analisarem as identidades em momentos de mudança conjuntural: são esses momentos, para o autor, que revelam grande riqueza de elementos a serem analisados e que evidenciam que os agentes sociais nunca estão engessados na estrutura social, mas em constante transformação. No contexto mundial, o fim da Segunda Guerra Mundial e dos regimes autoritários, desvelou uma nova forma de compreender a sociedade moderna. Em decorrência das experiências traumáticas vivenciadas tanto pela guerra, como pelos horrores promovidos

pelos regimes totalitários (ARENDR, 2015), a história mostrou uma perversa face dos homens e das mulheres, alterando sua relação com o mundo, bem como suas experiências presentes e futuras em sociedade. Além disso, a criação do Estado de Israel deve ser pensada como marco decisivo para a reformulação de uma identidade judaica. Sob estes aspectos, é inegável a importância da reflexão acerca da presença da mulher judia brasileira nessa nova conjuntura, dirigindo o olhar para as mudanças de caráter nacional e internacional.

Mesmo com tantas mudanças nos aspectos políticos e conjunturais do período, as distinções entre homem e mulher e seus respectivos modelos continuaram vigentes. Embora o avanço nas pautas femininas tenha ficado em segundo plano, devido a “demandas mais urgentes”, não é possível considerar que tenham sido inexistentes. Assim, é necessário pensar o quanto as políticas institucionais da “mãe cívica”, que se propunham a determinar apenas uma forma de ser e se perceber como mulher, reativaram mecanismos de dominação, reforçando-os. Como afirma Carla Bassanezi,

[...] a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceito e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico – também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e os valores tradicionais da sociedade. (BASSANEZI, 2000, p. 608)

Pode-se perceber, como fruto do pensamento de época, o retorno da mulher ao privado, espaço esse tido como natural para ela. Esta perspectiva fica bastante clara quando se observa as revistas dos anos de 1950. Bassanezi (2000) aponta que as revistas *Jornal das Moças*, *Querida* e *Vida Doméstica* retratavam o papel feminino, único, que se queria manter atribuído à mulher. Além da distinção muito bem estabelecida dos lugares e atuações dos homens e das mulheres, as revistas evidenciavam a moralidade presente nessas formulações, parecendo ser um consenso social. A mulher da classe média e branca do país sentia-se extremamente bem representada pelos valores produzidos por estas publicações.

O caso da revista *Corrente*, analisada a partir de Porto Alegre, pode ser um exemplo de ruptura de paradigmas, mostrando um contraponto à ideia construída do que era ser mulher naquele período. A mulher judia brasileira atuou em espaços mais diversificados do que aqueles que estavam rigidamente constituídos até os anos 1950, tendo uma importância fundamental na organização da identidade judaica e, além disso, na difusão de outra concepção de atuação da mulher no Brasil.

#### A mulher judia na revista *Corrente*: protagonismo e organização da comunidade judaica no pós-guerra

As revistas do período de 1930 a 1950 funcionavam como um manual de comportamento para as mulheres. Eram oferecidas diretrizes bastante específicas sobre quase todas as suas decisões: regras de como ser feminina, vestuário e comportamento. E normativas sobre o único e principal papel que deveriam exercer: maternidade e o cuidado com a família ofereciam sugestões sobre como ser dona do lar, boa mãe e cuidar de seus maridos.

Outra abordagem bastante importante no conteúdo das revistas ocupava-se também do que não se deveria ser: promíscua, namoradeira, leviana, trabalhadora que abandona o lar e passa o dia fora deixando filhos e maridos sozinhos e descuidados por longos períodos. O desequilíbrio tido como inerente à mulher nos aspectos emocionais era uma grande preocupação. O retrato das mulheres, na grande maioria dos periódicos, era instruções de conduta e normatizações sobre como equilibrar o seu racional (homem) e o seu emocional (mulher), sempre buscando o não conflito, a domesticação e a aceitação das regras impostas pela figura masculina. Ao fazer tudo “certo”, a mulher não corria risco de insucesso.

Aparentemente, essa era uma visão de mundo<sup>7</sup> construída e propagandeada da/para a mulher que se estende até os dias atuais como estrutura de pensamento. No entanto, a revista *Corrente* mostrará que não há como pensar a mulher brasileira com base apenas em concepções difundidas pela institucionalidade e pelo governo brasileiro, que teve como objetivo normalizar as distinções homem/mulher, tornando-as natural ou essencial. Em outras palavras, é possível desafiar a ideia de uma elite intelectual que pensava o projeto da dominação masculina e reprimia a atuação da mulher criando padrões do que era ser mulher na sociedade brasileira e mostrar que existiam outras formas de se fazer mulher em outras esferas, bem como exercer protagonismo em outros espaços. Como exposto anteriormente, uma abordagem cultural do contexto político permite analisar detalhes cotidianos que se expressam em ações políticas e demonstram elementos escondidos em grandes estruturas, como o estado, a imprensa, o voto e, até mesmo, o público e o privado.

Observando a revista *Corrente*, a partir de Porto Alegre, no período de 1945 a 1950, produzida

dentro da WIZO (*Women's Internacional Zionist Organization*), pode-se perceber a expressão cultural do político. Algumas questões que diferenciam as produções feitas por esta organização, se comparadas às outras da época, podem ser apontadas, mesmo antes da análise da revista, como propostas da WIZO. Visto que se trata de uma entidade que se reconhece como “um movimento dedicado ao progresso da situação da mulher, bem-estar de todos os setores da sociedade Israeli”.<sup>8</sup> Nesse sentido, fica claro o projeto de organização da comunidade judaica, nos diversos países da diáspora judaica, pela entidade, bem como a organização feita pelas mãos das mulheres e para as mulheres. Outro ponto que chama a atenção é o momento em que a organização chegou ao Brasil, ano de 1926, no Rio de Janeiro – período em que as primeiras políticas de retorno do lar e ao âmbito privado começam a ser pautadas.

O conteúdo da revista *Corrente* está fundamentado na mobilização de mulheres judias do Brasil para a construção da identidade judaica, do sionismo, das tradições, do ensino da cultura e da língua hebraica para mulheres e crianças. Por estes motivos, este periódico pode revelar a importância da discussão da construção social da mulher judia, tanto no Brasil quanto em outros países, no período pós Segunda Guerra Mundial. A mobilização das mulheres dentro da comunidade judaica demonstra diferentes concepções do que é ser mulher para o judaísmo, embora muitos dos elementos conservadores ainda estejam presentes nesta relação. Mesmo que, aparentemente, a atuação da mulher judia não representasse uma ruptura paradigmática substancial frente à distinção homem/mulher, globalmente difundida, sua presença no espaço público e sua divulgação por meio deste periódico no Brasil – especificamente lançando o olhar a partir de Porto Alegre – sugere uma reflexão acerca de

debates não travados sobre espaços em que a mulher brasileira esteve ocupando.

A revista *Corrente*, no período entre 1945 e 1950,<sup>9</sup> pode ser considerada como um contraponto à concepção da “mulher dos anos dourados” (BASSA-NEZI, 2000, p. 608). Ao que parece, o periódico possui um caráter emancipatório quando aborda não apenas a mulher operando e atuando no espaço público, mas também o cotidiano das mulheres na cidade. Ressalta, assim, a força e a persistência que as mulheres precisaram ter para enfrentar as dificuldades impostas pela vida – tanto do que foi passado na diáspora quanto da vida pretendida em Israel ou em outros estados. Ao tratar dos temas tradicionalmente dirigidos à mulher, a *Corrente* enfrenta-os com uma proposta que desenha uma maior altivez da figura da mulher na sociedade, como o exemplo do trecho a seguir:

Enquanto a mulher do campo está trabalhando mais duramente do que nunca nestes dias, seja em casa ou com os serviços agrícolas, é a mulher da cidade a que experimenta por completo estas cotidianas dificuldades que são impostas para que se realize [...]. Se a fila do peixe foi comprida hoje – você pode estar certo de que será maior amanhã. [...] E se o ônibus estava lotado ontem, você pode estar certa de que será ainda mais lotado amanhã [...]. (REVISTA CORRENTE, janeiro, 1948)

O trecho acima demonstra o cotidiano das mulheres em Tel Aviv e as dificuldades encontradas na formação do novo Estado de Israel. Ademais, revela outra face da mulher frente à sociedade brasileira: uma mulher ativa frente a obstáculos. É claro que estas dificuldades não estavam longe das vivências das judias brasileiras, uma vez que um dos principais instrumentos de emancipação fe-

minina no Brasil até o momento foi o trabalho. A abordagem diferencia-se aqui no sentido de colocar a mulher na tarefa de vivenciar estas dificuldades no âmbito público, sobretudo, quando esses fatos estão retratados na imprensa com uma atuação dinâmica na construção da sociedade. A mulher não era apenas trabalhadora, estava inserida como parte de um projeto que não lhe atribuía uma única, natural e inerente função, mas, sim, uma realidade que a levava a experimentar situações diversas.

As elaborações do que era da esfera do feminino ainda estavam determinadas pela ambivalência construída na relação homem/mulher. A maternidade, a criação e educação dos jovens e crianças e as tarefas domésticas, por exemplo, ainda eram atribuições dadas à mulher. No entanto, não se negava todo um conjunto de experiências que se encontravam fora do âmbito privado e que tornavam estas mulheres agentes sociais muito mais participativas do que se havia formulado no Brasil da época, como pode ser visualizado na passagem a seguir:

Depois das crianças vêm as mulheres. [...]. Em primeiro lugar, precisamos tornar as nossas irmãs imigrantes independentes e confiantes em si próprias, fornecendo-lhes para isso uma profissão. É esse o motivo pelo qual a WIZO dá tanta importância ao treinamento vocacional. [...]. (Revista *Corrente*, abril, 1949).

A passagem acima deixa bastante clara a percepção que a mulher judia brasileira tem de si mesma. Isso é, sem dúvida, importantíssimo, pois a *Corrente* é um periódico escrito por mulheres dentro de uma organização de mulheres, estando elas, portanto, no protagonismo do seu conteúdo. Ao contrário das revistas brasileiras produzidas no período, que elaboravam a figura da mulher

unicamente como mãe e esposa, a *Corrente* demonstra não apenas outros espaços que a mulher judia poderia adquirir, mas também outra maneira de enfrentar as tarefas socialmente atribuídas a ela.

As condições de existência precária da mulher trabalhadora eram narradas com respeito e postura de superação, mostrando a necessidade de crescimento desta mulher que não poderia ser dependente de ninguém – inclusive de um homem. As mulheres da elite e da classe média estavam na retaguarda da organização da comunidade de mulheres judias, ou seja, promovendo meios e formas de possibilitar um alargamento das condições vigentes. A publicação poderia ser dirigida, majoritariamente, a ações de construção do Estado de Israel – como fez a maior parte da imprensa da comunidade judaica no período. Mas seu conteúdo pode ser analisado de maneira mais profunda, indo além da ideia da filantropia e ajuda a Israel. O trecho a seguir demonstra como a questão do público e do trabalho eram tocadas nas publicações:

Com a população urbana sempre crescente, e, em especial a das mulheres trabalhadoras, entre elas, novas profissões foram adquiridas. Estabeleceram-se cursos de treinamento dos mais diversos, possibilidades às mulheres a trabalharem nos diferentes ramos da indústria, comércio, serviços públicos etc. [...] Novamente as dificuldades consistiam em os homens não considerarem sério o trabalho realizado pelas mulheres. Pedidos para salários mínimos, horas de trabalho decentes, leis especiais para as mulheres grávidas e mães [...] e ainda existem os problemas que algumas mulheres têm de enfrentar: uma certa desconfiança herdada pelas mulheres com referência a cousas fora do seu lar [...]. (Revista *Corrente*, janeiro, 1949).

A revista *Corrente* tratava de problemas referentes a trabalho, discussões de questões sensíveis – maternidade, estereótipos, dominação masculina –, reconhecimento das mulheres nos espaços públicos. Não é possível, portanto, desconsiderar a visão de mundo construída dessas mulheres ao se compreenderem como protagonistas de um processo político internacional, mobilizando-se no Brasil inteiro e comunicando-se com Israel e outros países. Assim fica evidente a participação das mulheres judias em ações políticas em espaços públicos, por meio de uma entidade cultural e filantrópica, como a WIZO.

A organização de fundos econômicos e congressos nacionais de mulheres que pensavam ações de ajuda a crianças e jovens formulava uma concepção baseada na ideia do protagonismo de mulheres na superação dos seus problemas. Ao se referir à mulher em suas atividades urbanas, o periódico não só salienta as dificuldades, como retrata, por meio de narrativas e fotografias de época, o cotidiano dos eventos das ações políticas que marcavam a entidade WIZO, como os congressos e locais de recebimento de imigrantes, enfatizando o pioneirismo das mulheres que se cercavam destas responsabilidades – bastante distintas – do âmbito privado ou doméstico.

### Considerações finais

A revista *Corrente* parece ter sido marcante na passagem de uma nova discussão sobre a presença e atuação da mulher na sociedade brasileira. Em relação ao período em que o periódico foi pensado e se difundiu, é possível reconhecê-lo como uma contribuição significativa para o processo de ampliação do reconhecimento que estas mulheres tiveram de si mesmas e sua participação ativa na sociedade, debatendo temas políticos e sociais de

grande relevância para o período. Devido à pouca discussão sobre as mulheres estrangeiras, seja em uma abordagem sobre imigração ou na perspectiva da diáspora, este periódico parece não ter recebido a sua devida importância, no que diz respeito a um contraponto em relação à elaboração da figura da mulher, presente de forma hegemônica nos periódicos da época no Brasil.

A influência de experiências adquiridas em outras regiões de diáspora acabou contribuindo para outra visão de mundo na concepção de si mesma das mulheres da comunidade judaica no Brasil. Neste sentido, torna-se válido pensar a inserção das mulheres judias em problemas do campo público e político como sendo um dos principais motivadores desse processo de atuação no espaço público, o que não era perceptível em outros grupos ou comunidade de mulheres. Esse processo pode ter sido ativado pela vivência dos constrangimentos em decorrência das perseguições antissemitas, pelas consequências dos processos de guerras e por problemas internos nos países em que se estabeleceram, como no caso do Brasil – que vivia no Estado Novo, um regime de cunho autoritário e que expressava muitos dos temores experienciados pela comunidade judaica mundial. Portanto, parece ficar evidente um anseio, vindo destas mulheres, de participação em assuntos que eram sensíveis no contexto político local e mundial, mas que refletiam de forma vital na sua identidade e nos valores do judaísmo. Esta expectativa de participação em discussões importantes do campo do político teve como desfecho uma maior ação da mulher na estrutura social brasileira.

Por esse motivo, a análise da revista *Corrente* foi especialmente profícua para que se pudesse dirigir o olhar para a concepção de identidade das mulheres judias. Sem dúvida, estas mulheres estavam comprometidas com as ambivalências do

processo de assimilação dentro da sociedade brasileira, mas em suas dinâmicas internas da comunidade demonstravam a originalidade de suas ideias. Ainda que muito da imagem produzida da mulher de forma conservadora permanecesse expressa no conteúdo e em muitas das representações fotográficas da revista – mencionando a importância da mulher como figura materna seguindo o seu instinto biológico natural, o quanto um casamento poderia ser benéfico para as moças ou dos cuidados com as crianças, que dependiam unicamente delas –, a mulher judia parece ter agregado algumas outras interpretações, tanto na questão de gênero brasileira quanto na construção social da mulher na sociedade vigente.

Ao se engajar com problemas políticos – seja por meio da construção de Israel, do combate às heranças da Segunda Guerra Mundial e da *Shoá*, em eventos filantrópicos seja na organização da comunidade judaica como um todo –, a judia brasileira ampliou e inseriu a mulher em espaços e discussões que eram restritas até o momento. É interessante pensar na presença da mulher judia brasileira sob a ótica do seu próprio protagonismo, bem como inseri-la por definitivo em uma matriz de pensamento acerca da construção da mulher do período no Brasil. Essa nova reflexão suscitada pela análise da revista *Corrente*, pode possibilitar novas abordagens acerca do tema no período, dando visibilidade a mulheres que tiveram presença fundamental na história do Brasil e que contribuíram para um processo de flexibilização da estrutura da dominação masculina.

#### NOTAS

1 Para uma melhor definição do termo diáspora, este trabalho se propõe a compreender o conceito como uma categoria analítica, buscando abarcá-lo em sua

especificidade, tanto contextual como temporal. Ao enquadrar a dispersão judaica no termo diáspora, leva-se em conta a abordagem sugerida por Topel (2015) e Sorj (2010), compreendendo que grupos diaspóricos são aqueles cuja coletividade é integrada à sociedade em que se estabelecem, promovendo direitos políticos e uma cultura híbrida aos indivíduos que estão se assimilando.

2 Os periódicos consultados encontram-se no acervo do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

3 A WIZO – Women's International Zionist Organization – foi fundada em 1920, por Rebecca Sieff, na Inglaterra. O objetivo da organização era o auxílio a mulheres judias já imigradas para a região da Palestina. No Brasil, a WIZO foi lançada em 1926.

4 Conforme Bernardo Sorj (2008), no Brasil, é evidente a negação do negro e dos portugueses.

5 Para Scott, a percepção de gênero é um saber construído social e culturalmente com base nas relações entre os sexos. A distinção entre os sexos socialmente construída sob o corpo, tanto para Scott como para Foucault, é a superfície de circunscrição histórica: de toda a apropriação de gênero, que vê, tanto a dualidade do sexo tida como natural, do que se entende por homem e mulher, como também da apropriação desses corpos em relações de poder e dispositivos de dominação do homem em relação à mulher. Portanto, as diferenças não são apenas na esfera corporal, mas sim no que se constrói socialmente em relação a estes corpos e como ele são percebidos. Para este artigo, interessa perceber a organização social, constituída a partir do gênero, entendendo os espaços de atuação que serão permitidos às mulheres brasileiras e judias, bem como a estrutura e identidade que se consolidarão na condição da diáspora.

6 Na esteira desta reflexão, é importante ressaltar que as esferas públicas e privadas não devem ser polarizadas, no intuito de evitar o afastamento total entre elas. O importante é perceber que a construção do espaço público e privado refere-se a um diálogo conjuntural e temporal, historicamente produzido, e que coloca os

sujeitos envolvidos em situações diferenciadas, baseado nas concepções que compõem esses espaços. A esfera pública evidencia e oculta atores baseado em um sistema de legitimidades elaborado e estabelecido.

7 Mannheim (1974) aponta que é preciso entender os diversos níveis das relações humanas, para que se possam transpor essas barreiras que a fragmentação impõe ao conhecimento. É necessário, portanto, um estudo que proponha uma visão integrada das relações humanas e esse estudo engloba a seguinte perspectiva: interação (como agem em sociedade), ideação (como pensam estes indivíduos, suas concepções no campo das ideias) e comunicação (como estes indivíduos comunicam as suas ações na sociedade). A ideia então, segundo o autor, não é a produção de uma “poli história”, ou seja, uma história com múltiplas faces, mas sim, a integração de elementos diversos, que podem se expressar, de forma cooperativa, auxiliando a desvendar determinada estrutura ou atuação do sujeito. O autor ressalta que ela não deve “juntar” todos os elementos. Há necessidade de uma integração, mas ela é parte constante dessa construção dos objetos analisados, abarcando o processo inteiro desde o seu começo. Mannheim fala sobre a necessidade de se observar também, as grandes mudanças estruturais e como estas mudanças mostram suas pequenas ou grandes manifestações, de acordo com os níveis de interação sociais. Para tanto, é necessário também que não se exclua nenhum procedimento: nem o causal nem o estrutural, mas sim, perceber os dois.

8 Informações retiradas do site da WIZO – Women's International Zionist Organization. Disponível em: [http://www.wizobrasil.com.br/?Page\\_id=99](http://www.wizobrasil.com.br/?Page_id=99). Acesso em 25 de out/2016.

9 Devido ao fato do acervo consultado no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall ser constituído a partir de doações, as revistas não possuem uma tiragem cronológica específica, constando um número restrito de exemplares de cada ano. No entanto, as poucas fontes disponíveis são reveladoras, no sentido de mostrar a possibilidade de um aprofundamento na análise deste periódico, buscando até mesmo datas com maior regularidade disponível.

## FONTES

Revista *Corrente*. n 04, Abril, 1948, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 02, Fev., 1949, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 10, Out., 1949, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 02, Fev., 1950, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 03, Mar., 1950, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 07, Jun/Jul., 1950, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 08, Ago., 1950, Porto Alegre.

Revista *Corrente*. n 09/10, Set/Out., 1950, Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ARENDT, Hanna. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BASSANEZI, Carla. "Mulheres nos Anos Dourados" in DEL PIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 607-639.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CYTRYNOWICZ, Roney. "Além do estado e da ideologia: imigração judaica, Estado Novo e Segunda Guerra Mundial". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 22, n.44, 2002, pp. 393-423. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200007). Acesso em 23 de out. de 2016.

CONFORTI, Yitzhak. "The New Jew in the Zionist Movement". *Australian Journal for Jewish Studies*, 2011, pp. 87-118.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. "Needs Identity?" in GAY, P; EVANS, J; REDMAN, P. *Identity: a reader*. London: SAGE Publications, 2000.

GRIN, Monica. "Diáspora Minimalista: A Crise do Judaísmo moderno no Contexto Brasileiro" in SORJ, Bila (org.).

*Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, pp. 103-124. (Edição online, pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008)

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOSMINSKY, Ethel. "Questões de gênero em estudos comparativos de imigração: mulheres judias em São Paulo e em Nova York". *Cadernos Pagu*, 23, 2004, pp 279-328.

MATOS, Maria Izilda Santos de. "Do Público para o Privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)". *Cadernos Pagu*, 4, 1995, pp. 97-115.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PEDRO, Joana Maria. "Apresentação" in PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 8 -12.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PIORI, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. "Trabalho Feminino e Sexualidade" in PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 580- 606.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Tradução de Guacira Lopes Louro, a

partir da versão em francês. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, jul./dez. 1990. Nova publicação, com revisão da tradução a partir do original em inglês, por Tomaz Tadeu da Silva: *Educação & Realidade*, vol. 20, n. 2, 1995, pp. 71-99. (Primeira versão em inglês: SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5, Dec., 1986, pp. 1053-1075).

SORJ, Bernardo; GRIN, Mônica (Org.). *Judaísmo e modernidade: metamorfoses da tradição messiânica*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SORJ, Bernardo. "Judaísmo pós-moderno e diáspora" in BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 70-89. Texto disponível em <http://books.scielo.org/id/twgn7/pdf/bonder-9788579820403-09.pdf>. Consulta em 10/09/2016.

TÖLÖLYAN, Khachig. *Diaspora studies: past, present and promise*. Oxford: International Migration Institute, 2012.

TOPEL, Marta F. "Terra Prometida, exílio e diáspora: Apontamentos e reflexões sobre o caso judeu". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, jan./jun. 2015, pp. 331-352,

WIZO Brasil. Disponível em: [http://www.WIZObrasil.com.br/?Page\\_id=99](http://www.WIZObrasil.com.br/?Page_id=99). Acesso em 25 de out/2016.